**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE DIREITO**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO**

**Curso: PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Professor: Marcos Augusto Perez**

**SEMINÁRIO: PROCESSO ADMINISTRATIVO – FICHA DE REVISÃO**

**NOME DO ALUNO:**

....................................................................................................................................................................

**NÚMERO USP:**

....................................................................................................................................................................

Diante de todos os estudos desenvolvidos ao longo do curso, até agora, responda às questões abaixo:

1. Enumere quatro finalidades da “processualização”, da “processualidade” ou da “tendência processualizante” da Administração Pública?
2. Explique a frase: “as leis de processo administrativo são fruto de uma longa e lenta evolução de nosso ordenamento jurídico”.
3. Quais são os efeitos jurídicos ou as garantias jurídicas resultantes do princípio do contraditório no processo administrativo? Essas garantias estão claras no texto da Lei 9784/99? Exemplifique.
4. O direito de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão valeria também para os processos em que se decidem temas de interesse geral da sociedade, por exemplo, antes da edição de atos normativos (regulamentos, planos, políticas, etc.)?
5. Quais seriam os requisitos de validade para a realização de uma audiência pública? De exemplos de sua aplicação no direito brasileiro.
6. Como você relacionaria produção de prova e motivação nos processos administrativos?
7. Imagine que um novo medicamento para a cura do câncer é submetido à análise da ANVISA. Os pesquisadores, porém, se dividem com relação aos efeitos negativos que podem ser ocasionados pelo medicamento. A ANVISA, com base em um estudo técnico realizado pela USP, edita um normativo que tem por objetivo proibir a produção e a comercialização do medicamento no Brasil, tendo em vista os efeitos colaterais identificados. Embora existam estudos que apresentem resultados altamente favoráveis à aprovação do medicamento, elaborados por outras universidades altamente conceituadas, a ANVISA anexou ao processo somente o estudo realizado pela USP. Além disso, foi promovida apenas consulta pública, tendo-se afastado a necessidade de audiência pública. Tendo em vista esse cenário, seria possível questionar o ato normativo editado pela ANVISA? Justifique.
8. Como a produção de provas se relaciona ao contraditório, nos processos sancionatórios? Dê exemplos de processos sancionatórios.
9. O que são processos administrativos adjudicatórios? Qual a diferença fundamental entre o processo administrativo adjudicatório e o sancionatório?